

Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal

13-15 de março de 2013
FCSH-UNL
Vol. II

Coordenação: António Simões do Paço, Cátia Teixeira, Paula
Godinho, Raquel Varela e Virgílio Borges Pereira

Instituto de História Contemporânea



FCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Título: Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. II.

Coordenação: António Simões do Paço, Cátia Teixeira, Paula Godinho, Raquel Varela e Virgílio Borges Pereira

Revisão: Paula Paço

Fotografia da capa: © Centro de Estudos Operários – Memória Laboral

Edição: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

ISBN: 978-972-96844-6-3

Lisboa, Abril de 2016

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/HIS/04209/2013.

E quando não se movem? Lides de rotina, entre experiência e expectativa

Paula Godinho¹

1. Introdução

Esta investigação, que foi iniciada em Fevereiro de 2012, parte de alguns títulos de jornal. No final do primeiro semestre de 2012, enquanto os sintomas de empobrecimento drástico alastravam no Sul da Europa, os jornais indicavam que a maior fortuna deste continente, e a terceira maior do mundo pertencia a uma grande companhia ligada ao têxtil, cujos primórdios ocorreram na Galiza. Por outro lado, em Agosto de 2012 vários jornais brasileiros faziam eco de denúncias de trabalho escravo, com exploração de trabalhadores imigrantes, horários de 16 horas, instalação em condições desumanas e insalubres por parte da que aqui designarei por Grande Companhia.

Desde os anos 1980, nos trabalhos de terreno na fronteira entre o Norte de Portugal e a Galiza, tivera a percepção do papel ocupado pela indústria têxtil no emprego feminino, sobretudo – e com grande intensidade – do lado galego da fronteira. A Galiza, e em particular a zona de Verín, que fora berço de modistas e em que o emprego masculino na construção civil complementou ou substituiu o trabalho agrícola quando este se desarticulou, pareceu-me um terreno adequado para investigar este fenómeno e os seus contornos, a partir de quem trabalhou e trabalha no sector têxtil. Interessa-me perceber como é vivida localmente esta experiência e qual a perspetiva das mulheres que a ela se dedicavam, numa zona em que, depois do período de grande emigração dos anos 1960 e 1970, se conjugou a busca da sobrevivência através de modalidades pluriactivas, entre a agricultura, o trabalho nas manufaturas e na construção civil, bem como num conjunto de serviços.

Num momento em que as suas condições de vida se deterioram, o horizonte da expectativa, estreitamente dependente dos limites da experiência², remete para o que Michel Foucault³ definia como lutas imediatas. As “lutas imediatas” são aquelas em que as pessoas encaram as instâncias do poder que

¹ Departamento de Antropologia e IHC-FCSH-UNL.

² Koselleck (1979).

³ Michel Foucault (1982).

lhes são mais próximas, não procurando o “chefe inimigo”, mas o inimigo imediato, sem buscar uma solução no futuro para o seu problema circunstancial, através de revoluções, libertações ou luta de classes. Susana Narotzky e Gavin Smith publicaram em 2006 *Immediate struggles – People, Power and Place in Rural Spain*, uma obra cuja etnografia remete para a zona de Alicante, e que é decisiva na compreensão deste tema. Se a estrutura da propriedade rural na Galiza e em Alicante não teve muitas semelhanças, num tempo longo, já as condições que advieram de conjunturas recentes, no âmbito da história do século XX e até à atualidade, mostram alguma comparabilidade. Numa e na outra, a longa permanência do Partido Popular no poder (e os fenómenos de caciquismo inerentes) e a debilidade da cidadania devem ser vistas à luz de uma situação que merece ser reanalisada, embora já tenham decorrido mais de sete décadas.

A Galiza, com um golpe dos oficiais que corroboraria o de Franco, escassos dias volvidos sobre o 18 de Julho de 1936, não passou aparentemente pela guerra civil. Porém, ao *alzamiento* contra o governo legitimado nas urnas seguiu-se uma violência repressiva que teve ali grande envergadura, fazendo-se num sentido. Os republicanos de todos os matizes políticos conheceriam os *paseos*, os fuzilamentos após um julgamento sumário, a repressão intestina, a ilegalidade do *estraperlo* – aproveitado para fazer fortuna por parte dos que seguiam os golpistas –, a apropriação e compra dos bens arrestados aos que eram alvo da repressão e que seriam os vencidos. Esta violência, recoberta de uma aparente irracionalidade, constituiu uma forma de interiorizar o medo. Esse absurdo simulado da repressão torna o terror endémico, generalizado: se o meu vizinho, o meu primo, o meu amigo foi preso/morto, quando chegará a minha vez? O horror da repressão franquista nesta zona dissolveu laços de amizade e solidariedade social, acautelando uma eventual oposição. Como se nota no filme de Xosé Lois Santiago e Pablo Ces, *Processo 1021 – Consello de guerra contra os defensores da Republica en Verín*, o alcaide republicano de Verín e outras pessoas de destaque, civis e militares, viriam a ser condenados à morte num conselho de guerra sumaríssimo e fuzilados em Ourense em 1937⁴. São frequentes os relatos acerca de trabalhadores da construção do caminho-de-ferro, camponeses, jornaleiros, alvos de assassinatos extrajudiciais, que foram levados *de paseo* e executados, sendo significativas as revelações acerca do terror franquista na zona, algumas em formato ficcional. Aqueles que apoiaram a República – e as suas famílias – viram recusados direitos de cidadania, foram castigados e mortos, nesta cruzada que

⁴ Santiago e Ces (2011).

decorreu durante anos, destinada a *limpar e purificar* o novo regime dos elementos perturbadores.

Essa cultura assente na repressão, com uma economia baseada na escassez, centrada na sobrevivência quotidiana, induzia a uma despolitização organizada que aniquilava a consciência social. Sedimentou-se com elementos como o *estraperlo*, o mercado negro que superava o formato de produção e circulação legal de bens, que se fazia sem dificuldade de maior, nem particular repressão por parte das autoridades, beneficiando da proximidade fronteiriça com Portugal. A cultura, termo que os antropólogos interrogam e cuidam longamente, tem sido usada para justificar tudo, mesmo atitudes e predisposições de carácter oposto. Também emerge por vezes como explicação desta aparente apatia, que dá continuidade a formatos de caciquismo e alimenta uma mão-de-obra supostamente disciplinada e aquiescente. Como antropóloga que recorre à história, preferia salientar como a reificação de imagens e a atribuição de características pessoais aos povos, alimentando formatos de psicologia étnica, não se atém a noções de processo, imprescindíveis para compreender a realidade como se apresenta num dado momento.

Alguns do alegado apoliticismo e da partidofobia locais, que parecem predispor a uma entrega da gestão das próprias vidas nas mãos de terceiros – e nomeadamente, dos caciques, cuja posição permite aceder às fontes do poder e da riqueza – também terá de ser remetido para uma construção mais longa. No caso da província de Ourense e da comarca de Verín, mesmo após a *transición*, a continuidade no poder seguiu por vezes a genealogia. A política municipal, regional, autonómica e estatal, por um lado, e o recurso a organismos de base, como os sindicatos e outras associações, podem aparentemente exigir uma familiarização que exclui os não iniciados. Não houve aqui um inequívoco apoio continuado ao franquismo, como não pode igualmente naturalizar-se ou considerar-se inerente a uma cultura própria local a “falta de inclinação” por uma política reivindicativa. Como aponta Xosé-Manoel Nuñez Seixas, é abusivo considerar que a Galiza foi “leal” aos franquistas⁵. A Frente Popular venceu as eleições de Fevereiro de 1936 em três das quatro províncias galegas. O Estatuto Autonómico tinha sido referendado e aprovado. Embora Ourense fosse a mais conservadora das quatro províncias galegas⁶, os sindicatos anarquistas e o sindicalismo agrário comunista desfrutavam de alguma importância. Na zona

⁵ Nuñez Seixas (2003), p. 1.

⁶ Fernández Santander (2000), p. 257.

sul da província de Ourense, onde se encontrava em construção um troço ferroviário, o sindicalismo operário era significativo⁷. O Partido Socialista e a Izquierda Republicana, que integravam a Frente Popular, tinham bastante implantação. Em Verín eram as duas forças maioritárias desde Fevereiro de 1936.

A prática da dominação e a necessidade de continuar a manter diariamente relações com quem a exerce obrigou a um discurso oculto neste longo tempo que se segue a 1936. As vidas dos trabalhadores subalternos, que têm escasso controlo sobre as suas vidas e dependem de terceiros para sobreviver conjugam ação, escolha e oportunidade com a experiência, que resulta das suas histórias particulares, que por sua vez os produzem material, social e culturalmente⁸. Porém, também estão cheias de momentos em que, como indica James C. Scott, se engole a raiva em público, com uma *performance* que requer formas elaboradas e sistemáticas de subordinação social⁹.

Os antropólogos constroem o saber assentes em relações que criam – este é um lugar comum desta área do conhecimento. Apesar de conhecer há 25 anos este terreno, realizar esta investigação foi um processo com escolhos e recusas de entrevistas, mesmo entre gente da minha rede social local. O silêncio fala, e todas as noites preenchia o meu diário de campo com o seu registo, com o que me era dito sobre as dúvidas e inquietações dessas mulheres. Temiam represálias, pois falar das condições de emprego no sector significa abordar um tema quente, em que o segredo desempenha um papel importante. Não desvelar os mecanismos de exploração, muitos dos quais fora da legislação ainda em vigor, apesar de todos os atropelos mais recentes, parece ser uma das formas de continuar a ter emprego. Um trabalho com estas características teria de ser feito com base em entrevistas, estando fora de questão a observação direta ou participante, pois dificilmente a antropóloga seria contratada. Este é um assunto silente e invisível.

Como se trata de um terreno que conheço melhor, devido a um trabalho de campo continuado desde os anos 1980, de novo através de amigos, e de amigos de amigos que tentavam interceder, foi possível realizar um conjunto de entrevistas a algumas mulheres na zona de Verín já durante o Verão de 2012. Antes, havia falado com vários sindicalistas e um cineasta que têm abordado o tema. Além dos meus núcleos de relações locais, que são variados devido às

⁷ Pereira (2010); (2011).

⁸ Narotzky e Smith (2006), p. 90.

⁹ Scott (1990).

visitas assíduas que faço a este terreno, onde desenvolvi estadas que variaram entre um e nove meses em sucessivas fases (1986-87, em 1999, 2000, 2003, 2005, 2006, 2009, 2012), procurei informação em fontes variadas, nomeadamente relatórios produzidos por entidades governamentais, autárquicas e sindicais, bem como nos *sites* da Internet respeitantes a um conjunto de organismos e empresas.

Embora raramente seja referida aos aprendizes de antropólogos nas aulas de métodos e técnicas, a “conversa” é talvez das mais preciosas ferramentas da disciplina. Pelo seu carácter informal, poderemos não tomar notas nos nossos cadernos de campo no momento em que ocorrem e só registar os seus resultados à noite, na reflexão de fim de dia a que costumamos chamar “diário de campo”. Trata-se do resultado de situações informais, não gravadas.

As conversas mais informais decorreram nas casas dos meus conhecidos, por vezes em alguns locais que nos resguardavam ora do frio, ora do calor, consoante o momento do ano: à lareira, ou sob um caramanchão ou uma latada onde amadureciam as uvas. Os encontros e entrevistas gravados decorreram sempre em locais públicos – cafés, esplanadas – ou, no caso dos sindicalistas, na sede do sindicato. Tornou-se frequente que as mulheres que vinham falar comigo me dissessem inicialmente que outras iriam com elas, ou que se nos juntariam, o que não viria a suceder. Em alguns dos casos a explicação estava num horário de trabalho demasiado longo nesse dia, embora esse horário seja frequentemente auto-imposto. Assim sucedeu numa sexta-feira de Agosto de 2012, em que uma mulher avisou a amiga que viera, já durante a entrevista, de que teria de trabalhar até muito tarde. Foi garantida a confidencialidade às mulheres envolvidas, que refiro por pseudónimo, a quem reenviei as transcrições das entrevistas (feitas em galego e adaptadas ao português), e que as complementaram. Não são igualmente apontadas as entidades empregadoras, sendo também banidas referências mais localizadas que permitissem a identificação dos sítios.

2. Quem são estas mulheres?

Nos trabalhos de confecção as mulheres são a mão-de-obra quase exclusiva. Porém, uma das entrevistadas acrescentou que num dos sítios onde trabalhou havia um homem que engomava. Também na fábrica do grande costureiro local, embora não houvesse nenhum homem a coser, eles trabalhavam na secção de corte, ou seja, no trabalho mais especializado e criativo. Integrando a primeira ou a segunda geração que procurou emprego

fora da agricultura mas mantém ligações quase constantes com ela, é na vila de Verín que estas mulheres se socializaram, num modo de vida urbano em que sair à rua, dirigir-se ao local de trabalho, encontrar-se com as companheiras implica um espaço público do modo de vida rural.

Como sucede em grande parte desta zona de fronteira, os percursos destas mulheres estão ligados a famílias marcadas por processos migratórios de âmbito europeu, nos anos 1960 e 1970, sobretudo para a Alemanha. Não se registam casos conhecidos de trabalho infantil, confirmação feita pelos sindicalistas e pelas costureiras entrevistadas. É no início da idade adulta que começa a vida de trabalho, no final da adolescência. Se no passado a aprendizagem do trabalho têxtil e de confecção envolvia aprender as regras do ofício, sem formação técnica escolar, as instituições nacionais e autonómicas criaram, desde os anos 1980, um conjunto de cursos técnico-profissionais que apresta e avalia o conhecimento de competências técnicas, legitimadas por diploma. Sindicalistas e entrevistadas frisaram o mesmo: Verín é berço de modistas. Na genealogia das entrevistadas, na rede social de vizinhos e amigos, o trabalho de costura é sempre evidenciado. Por outro lado, numa vila tão fortemente articulada aos campos envolventes, qualquer das entrevistadas tem ligação a aldeias da comarca, em Castrelo do Val, Monterrei e Vilardevós.

3. Onde estamos?

A sul da província de Ourense e na fronteira com o Norte de Portugal, na zona de Chaves, Verín localiza-se entre o campo e um modo de vida urbano, numa comarca constituída pelos municípios de Castrelo do Val, Cualedro, Laza, Monterrei, Oimbra, Riós, Verín e Vilardevós. Fica entre uma imensa planície, a veiga de Verín, sulcada pelo rio Tâmega e encaixada entre vários conjuntos montanhosos: a serra de S. Mamede, a de Penas Libres e a de Larouco. Cultiva-se milho, batata, hortícolas e fruta em menor grau, e cresceu o plantio da vinha nos últimos anos. Na montanha, o mato e as arbóreas, alguns soutos de castanheiros e monte recoberto pelo pinheiro, têm sofrido bastante com os incêndios dos últimos anos. O gado, de criação extensiva, tem boas pradarias nesta zona de minifúndio. O vinho possui uma Denominação de Origem (Monterrei) reconhecida desde 1992 e a sua produção contava em 2009 com 23 adegas e 628 viticultores¹⁰. A horta tem um peso importante, com o pimento branco de Oimbra registado com selo de qualidade junto da UE.

¹⁰ Concello de Verín (2009), p. 69.

Destaca-se também a riqueza em águas com propriedades terapêuticas, sob várias designações.

Quanto ao sector têxtil, a sua importância decresceu, depois de um momento culminante no final dos anos 1980 e na década de 1990. Apesar de haver um ciclo escolar de Formação Profissional de Moda e Design, tem pouca saída na atualidade¹¹. Num relatório oficial recente, poucas pequenas oficinas (*talleres textiles*) restam quase como a única prova do que foi esta atividade, embora no mês de Agosto de 2012 me tivessem referido um novo crescendo de trabalho, agora clandestino.

A construção civil e o trabalho subcontratado em obras públicas foi uma fonte de emprego importante, em micro ou pequenas empresas, embora sem formação profissional específica. Vários entrevistados diziam que ao longo dos últimos 30 anos uma família “média” de Verín teria o homem na construção e a mulher na indústria têxtil.

Segundo a classificação da OCDE, Verín seria uma Região Predominantemente Rural, cujos habitantes vivem em municípios abaixo dos 150 hab/km². Na vila de Verín viviam 9796 habitantes em 2005, enquanto a maioria da população da comarca residia em núcleos de menos de 500 habitantes. Só 4,35% da população tem formação superior. Através dos dados da Segurança Social quanto ao trabalho em Verín, verifica-se que a sede da Mancomunidade é também o grande centro do emprego da zona, para o qual se deslocam pessoas provindas dos *concellos* em redor¹² (Concello de Verín, 2009:35). As baixas taxas de emprego femininas na comarca (30,2%, com o *concello* de Castelo do Val a registar só 20.2% de emprego feminino, e no pólo oposto, Verín, com 38.5%) não demonstram que as mulheres não trabalhem, mas tão só que não estão registadas, podendo desenvolver as suas tarefas produtivas em casa¹³. O relatório referido olha para estes baixos índices do emprego feminino como uma perda de potencial laboral. Os dados reportam-se a um tempo bastante recente, em que se tornou mais inconsistente o trabalho feminino, devido à deslocalização da produção do têxtil para fora desta zona, com as empresas a partirem em busca de uma mão-de-obra ainda mais barata.

O município de Verín, altamente terciarizado e com muito pouco trabalho agrícola, contrasta com os outros da mancomunidade, mais ligados à

¹¹ *Idem*, p. 71.

¹² Concello de Verín (2009), p. 35.

¹³ Uma idêntica situação é referida por Inês Fonseca para as mulheres da Baixa da Banheira, nos arredores de Lisboa (Fonseca, 2012:133-143).

agricultura, à indústria e à construção¹⁴. Quase 70% dos seus habitantes trabalham nos serviços e na comarca são 61%. O comércio, que aproveitava o carácter fronteiriço, foi afetado pela construção de novas vias de comunicação, que desviaram o trânsito do centro. A transferência de emprego e de atividade a partir do sector primário não se faz para os outros sectores, mas para a inatividade. Ou seja, os que deixam de trabalhar na agricultura fazem-no por ter envelhecido e por se terem reformado. Por outro lado, trata-se de uma zona com pluriatividade, em que a agricultura pode ser um complemento e manter-se depois da reforma, aligeirando na atualidade uma circunstância difícil.

No que toca às empresas e ao número de assalariados, é sintomático que de 1678 empresas registadas em 2007, 1031 não tivessem empregados (61,4%), não havendo qualquer empresa com mais de 250 trabalhadores e só 5 tivessem mais de 50 pessoas ao serviço. Ou seja, o panorama está marcado por microempresas, sem trabalhadores ou com menos de 10 trabalhadores (97% do total), como os dados de terreno e as entrevistas também comprovam. Embora os números respeitantes a 2006 indiquem só 18 estabelecimentos da indústria têxtil e de confecção, estes números poderão ser pouco exatos, pelo carácter intersticial e domesticável desta atividade, bem como pela economia subterrânea que convoca.

Em 2011, entre as empresas de todos os tipos registadas na comarca, 51% tinham sido criadas nos últimos quinze anos, havendo registo da desarticulação de grande parte das que se dedicavam aos têxteis e à confecção no mesmo período. Parecem efémeras, mantêm-se pouco tempo e declinam durante um período de crise. Esta volatilidade coíbe as possibilidades de ação coletiva, sem assinalável desenvolvimento das contradições.

Tal como havia registado no caso português¹⁵, supera-se a periferia em relação a Madrid e Lisboa através de uma região transfronteiriça, com liames políticos que transcendem a relação com os Estados centrais, conquistando ela própria centralidade. A Eurocidade, criada em 2012, era vista como uma oportunidade¹⁶, considerando-se também a importância de criação de áreas industriais, já equipadas e competitivas no preço, optando-se pelas indústrias agro-alimentares, de logística e de transportes¹⁷.

¹⁴ Concello de Verín (2009), p. 40.

¹⁵ Godinho (2011); (2012).

¹⁶ Concello de Verín (2009), p. 78.

¹⁷ *Idem*, pp. 83-84.

4. Formatos de organização da produção com impacto local

Uma amiga galega que estudou em Madrid, deslocando-se com frequência durante a década de 1990 e nos anos 2000 nos autocarros que unem a capital do Estado espanhol e a cidade de Vigo, dedicava-se a um exercício: adivinhar quem desceria em Verín. Dizia ser fácil: eram sempre as mulheres vestidas com melhor roupa, cerimoniosa e cara, por vezes de grandes costureiros ou de topo de gama de algumas empresas de pronto-a-vestir. Outra amiga dizia-me que as mulheres de Verín sempre conheceram as tendências da moda na estação anterior – porque cosiam as peças. Se a antropologia se cingisse a estas impressões retiradas da conversa e da observação episódica com as minhas amigas, concluía desde já sobre o grande investimento pessoal em roupa feminina nesta zona. Embora as evidências não sejam de desprezar, envolvendo algum grau de verdade, algumas conversas e as entrevistas clarificaram as razões para esta singularidade local, num retrato que condiz com a minha própria perceção, de maneira continuada.

No final dos anos 1980, numa estada de terreno longa na aldeia de Cambedo da Raia, no lado português da fronteira, costumava acompanhar os vizinhos à feira de Verín, ou ao médico e a algumas compras especiais. Recordo as roupas envergadas sobretudo pelas mulheres, para as quais chamavam a minha atenção as vizinhas de Cambedo. Anos mais tarde, uma mulher idosa de origem galega, residente em Soutelinho da Raia, mostrava-me com orgulho os fatos que levava ao casamento de vários netos, usados também em dias de festa local, explicando que recorria sempre a uma conhecida de Verín, onde conseguia roupa que as vizinhas sempre cobiçavam.

“Verín é berço de modistas”, diziam várias pessoas ao longo das entrevistas. Porém, nem sempre são bem pagas. Algumas vezes, quando os patrões mantinham salários em atraso, eram ressarcidas “em géneros”, pagas em roupas que revendem depois. Nem todas andavam na última moda. Algumas sindicalizaram-se, mercê das condições de trabalho, do incumprimento por parte dos empregadores e de uma rede social que as protegia. Mas se nem todas podiam ostentar no quotidiano roupas de gabarito, também nem todas se sindicalizavam. Mais, ser vista com sindicalistas podia dar indicação de uma menor fidelidade ao empresário.

Na atualidade, detetei cinco situações diferenciadas quanto às dimensões e organização das empresas desse sector. Numa situação de abundância de trabalho, a circulação de mulheres entre empresas ou no trabalho doméstico dependia quer do adestramento técnico e rapidez na execução do trabalho –

que facilita a contratação –, quer das condições de trabalho, que tornam a mão-de-obra estável ou instável, quer do entendimento subjetivo de uma situação de vantagem num momento determinado da vida pessoal.

A primeira situação é a da grande empresa, pertença de um estilista reputado nascido ali, onde as condições de trabalho foram gradualmente melhorando, sobretudo a partir de um momento em que uma denúncia aos sindicatos levou a uma intervenção severa. Uma outra empresa de idênticas dimensões foi deslocalizada há cerca de uma década. Segundo os sindicalistas entrevistados, a empresa que permanece terá cerca de cinquenta trabalhadoras e não aplicou [entrevista de Maio de 2012] a nova legislação laboral, mais lesiva dos interesses dos assalariados. Utilizando uma mão-de-obra especializada, numa zona em que o saber técnico das mulheres é significativo, o costureiro afamado faz aqui a sua coleção mais elaborada, destinada às *passerelles*. As mulheres que ali trabalham sentem que integram uma elite local de trabalhadoras, cujo saber técnico é reconhecido, não sendo despreciando o conhecimento da moda do ano seguinte, por antecipação, que constitui um ganho simbólico significativo.

A segunda situação corresponde a empresas intermédias, com várias cadeias de produção em simultâneo, que trabalham para marcas reputadas da moda, incluindo o primeiro estilista. Essas etiquetas reputadas – e outras destinadas a um consumo mais popular – externalizam uma parte significativa da sua produção, desencarregando-se dos seus custos quanto às máquinas, aos descontos para a segurança social, ou aos seguros de trabalho. O ritmo é acelerado, admitindo-se nas décadas de 1980 e 1990 quase todas as mulheres que se apresentassem, mas que dificilmente ali se mantinham, pois as condições eram muito duras e não se cumpria o que constava dos contratos. É nesta segunda situação que se depara com mais mulheres imigrantes, sobretudo sul-americanas¹⁸.

A terceira situação é a da pequena cadeia de produção, dirigida frequentemente por uma mulher que comprou as máquinas – ou gerindo a oficina de alguém que as comprou, com fundos próprios ou recorrendo ao crédito bancário –, e que trabalha também ali, distribuindo e organizando o trabalho por oito a doze operárias. Recebem as peças já cortadas a partir da

¹⁸ Sobre o trabalho dos imigrantes, o Plano de Emprego delinea um conjunto de medidas que proteja os trabalhadores nessas condições, mais fragilizados que aqueles que dispõem de uma rede social local (Plan de Emprego, 2011:47).

fábrica mãe, encarregando-se de as coser e montar, transformando-as em produto final.

A quarta possibilidade foi muito característica nas décadas de 1980 e 1990: um conjunto de mulheres criava uma cooperativa e comprava as máquinas, com o apoio de subsídios e com empréstimo bancário. Não empregavam ninguém, pois não haveria máquinas disponíveis, ou só o faziam em momentos de grande intensidade de trabalho e/ou quando alguma delas ficava impossibilitada – por parto ou doença. Não deixa muito boas recordações nas mulheres, que se ressentem de que algumas das cooperantes trabalhassem pouco e ganhassem por igual. Este é o nível em que a quantidade e qualidade de trabalho é avaliada entre companheiras, pois a redistribuição do rendimento é feita entre todas, gerando tensões internas. Implica uma grande atenção em relação ao que cada uma faz, já que o pagamento pelo trabalho realizado é idêntico. Uma das entrevistadas, filha, sobrinha e prima de modistas, foi sempre desaconselhada a integrar este formato, considerado lesivo e suscetível de aproveitamentos por parte de algumas mulheres, menos zelosas quanto ao que faziam, mas ciosas do que iriam receber.

Finalmente, num quinto nível, encontra-se a trabalhadora isolada, que em sua casa realiza trabalho, distribuído por alguém ligado às grandes cadeias têxteis, em situação de a-legalidade e sem quaisquer direitos. Tal como lembram Susana Narotzky e Gavin Smith, há que distinguir *trabalho de casa* e *trabalho em casa*, o primeiro correspondendo às tarefas domésticas, o segundo à realização de tarefas de manufactura nas suas residências. Estas mulheres responderam a um repto de empreendedorismo veiculado por uma visão hegemónica. Supostamente, sentir-se-iam mais livres como trabalhadoras, mais disponíveis para flexibilizar os seus horários de acordo com os ritmos da sua família, sendo alegadamente beneficiárias. Mais, com elas e com a sua escolha livre de trabalharem por conta própria, beneficiariam todas as outras unidades corporativas: a família, a empresa, a nação, etc.

É um nível de grande fragilidade, receando a mulher ficar excluída da redistribuição do trabalho por alguma incapacidade técnica, mas sobretudo por condições inerentes à sua vida e à sua família: pais velhos a precisarem de cuidados, filhos ou marido doentes ou a requererem atenção podem significar que as mulheres não conseguem levar a cabo as tarefas que lhe são consignadas ao longo do dia. Quando não atingem as suas metas de produção durante o dia, levantam-se de noite para conseguir cumprir. São pagas à peça, o que leva a que

trabalhem até muito tarde. Se estivessem numa oficina, teriam pausas de refeição e um momento, mesmo que adiado, de finalização do trabalho, a partir do qual começava o descanso e o ócio. Por outro lado, as tensões, as contradições e os conflitos inerentes à produção decorrem no nível circunscrito de âmbito doméstico.

As grandes companhias ligadas ao pronto-a-vestir utilizavam as cinco modalidades acima enumeradas, continuando a encomendar trabalho à tarefa nos últimos quatro níveis (oficina com várias cadeias, pequena oficina, cooperativa, trabalhadora isolada). Por outro lado, nos quatro primeiros níveis podem encontrar-se situações de contratação *por campanha*, em que no final se fazia outro contrato, ou a trabalhadora só permanecia enquanto fazia falta para uma dada tarefa, sendo depois descartada e encaminhada para o desemprego. A informalização, a *flexibilidade* ou a dispersão da produção fundem, com fronteiras pouco nítidas, as empresas e as casas, os empresários e trabalhadores, os mercados e redes de troca. Nos diversos níveis, salvo no de visibilidade total associado ao nome da empresa – quando a marca também se apresenta na própria fábrica – os ritmos de trabalho podem ser desenfreados, com as características próprias do respetivo patamar de produção.

No caso do último nível, domesticado e assimilado a uma tarefa doméstica, o trabalho não pode ser inspecionado. A própria costureira impõe-se o ritmo e o horário, terá de inscrever-se como trabalhadora independente na segurança social, pagar o seu próprio seguro – ou optar por não o fazer, subtraindo no presente esses custos. Em situação de crise, as vidas só podem manter-se ou melhorar através de longas horas de trabalho, com recurso ao movimento, à adaptação, à partilha de recursos e ao auxílio mútuo, havendo que articular um forte sentido de responsabilidade intrafamiliar. Subverte-se a unidade doméstica, integrando-a num processo de produção que não controla, ao contrário do que sucedia na *casa camponesa*.

Os amigos, os vizinhos e os parentes são fundamentais nos contactos, que permitem aceder ao trabalho, através da ativação de redes horizontais. São também importantes os laços com as *chefas* (donas ou responsáveis pelos *talleres*), que garantam a contratação. Todos frisam que a *grande companhia* e vários dos *grandes estilistas* (o local e outros localizados em sítios menos próximos) enviam uma parte significativa das peças que produzem para serem manufaturadas em locais mais distantes, recorrendo ao trabalho ainda mais barato, menos vigiado, sem seguros nem descontos para a segurança social, na China, nas Filipinas, em

Marrocos, na Tailândia, no Brasil. Reconhecem que a qualidade do produto é significativamente menor do que a que se obtém nesta zona.

5. Disciplinar a mão-de-obra: *Se querias trabalhar, tinhas que adaptar-te ao que havia*

Essayez donc d'oublier la lutte de classes quand vous êtes ouvrier d'usine : le patron, lui, ne l'oublie pas e vous pouvez compter sur lui pour vous en rappeler l'existence.

Robert Linhart, *L'établi*

A economia informal foi adquirindo proeminência nas sociedades ocidentais, com sectores da economia que antes operavam através de instituições relativamente estáveis, hierárquicas e burocráticas, a serem substituídos por alternativas menos visíveis, menos permanentes e menos estáveis¹⁹. Essas modalidades da economia informal estão a ganhar terreno na Europa e, sob distintos graus e formas, passaram a integrar a vida das pessoas, mesmo ao nível das economias nacionais, no que parece ser uma forma rapace do capitalismo²⁰.

A circulação por diversos locais de trabalho, ao sabor dos despedimentos, mas também da busca de melhores condições, quando o emprego era abundante, é uma constante de vários percursos. Reflete também esta nova etapa capitalista, de desgaste rápido de mão-de-obra e que, em pouco tempo, visa extrair máximas quantidades de mais-valia, mudando-se eventualmente para outros locais. As leis laborais, que sob o novo formato alimentam a fragilidade dos assalariados, não são frequentemente cumpridas.

Manter trabalho num local, não partir em busca de outra situação, requer a convivência dos próprios trabalhadores relativamente a algumas arbitrariedades e a aceitação – aparente ou real – de situações de ilegalidade ou a-legalidade. Embora uma das modalidades de disciplina da mão-de-obra local passe pela sua desorganização e isolamento, que permitem que a pressão – ou mesmo chantagem – por parte dos empregadores sejam fatores de coerção, algumas condições particulares e/ou determinadas conjunturas podem ser surpreendentes. Por vezes, percalços imprevistos encaminham na via do sindicalismo, como aconteceu a uma das entrevistadas.

¹⁹ Portes e Castells (1989).

²⁰ Narotzky e Smith (2006).

Além da coerção a partir *de cima*, também a concorrência entre as mulheres – para conseguirem o posto de trabalho e, depois para o manterem, com ritmos de produção muito elevados – dificulta a sua organização. Só recorrem ao sindicato ou à queixa a entidades que regulem o trabalho em situações por demais gravosas, pois receiam não voltar a ser contratadas por outras empresas, pela sua reputação de rebeldes. As condições de trabalho podem passar por níveis que consideram reprováveis, mas que têm de aceitar.

À repetição dos gestos no trabalho em cadeia, que exige um ritmo acelerado, junta-se a dos quotidianos, das vidas, num tempo que parece eternamente igual, naquilo a que Robert Linhart denomina a *morna atmosfera de prisão*²¹, assimilando as condições do trabalho em cadeia a um universo semi-penitenciário²². Com frio no Inverno e a transpirar no Verão, o trabalho nas oficinas podia arrasar a saúde feminina. Relatam-me o caso de uma mulher com cerca de 30 anos, com varizes, que engoma em pé durante um dia inteiro. As idas à casa de banho são também controladas, repreendendo-se a empregada que se demore ou que as use com frequência.

Porém, os níveis de tratamento desumano e de indignidade podiam levar as trabalhadoras a procurar rapidamente outro local. As noções de *respeito* e *dignidade* emergiram várias vezes nas entrevistas. Há situações diferenciadas no que concerne ao que uma das entrevistadas denomina “trato humano”, que determina o nível de dignidade. O trabalho desempenha um papel importante, mas se for executado em condições que infestem a dignidade humana, a equação está pervertida. Trabalhar por conta de outrem, aceitar níveis de trabalho que implicam longas horas de uma tarefa repetitiva, em que eventual ou habitualmente não se cumpram as leis do trabalho, tem porém como limite uma noção de dignidade, o “trato humano”, abaixo do qual não se aceita descer.

Como demonstra James C. Scott²³, quando alguém é insultado ou tem a percepção de ter sofrido uma indignidade, sobretudo em público, às mãos de alguém que tem poder e autoridade, desenvolve frequentemente um discurso imaginário em que diz o que não pode dizer em público, ou que poderia dizer numa próxima oportunidade. Na impossibilidade de finalizar de imediato com uma relação que é lesiva da dignidade, recorre-se ao *discurso oculto*²⁴, que é essencial em qualquer visão dinâmica das relações de poder. Procura-se com ele

²¹ Linhart (1978), p. 25.

²² Linhart (1978), p. 60.

²³ Scott (1990).

²⁴ *Idem*.

um processo de satisfação psicológico mais ou menos seguro, eventualmente arrasador da reputação dos empregadores.

Escrevia Robert Linhart²⁵ que o medo supura a partir dos locais de trabalho, mas também de maneira mais intersticial, mais fundamental e perceptível, das vidas vividas, mantendo subjugados os seres humanos, que são utilizados em permanência. É um medo aprendido, a que não é alheio um clima gerado aqui por um processo longo.

6. Lugar ao futuro? As lutas quotidianas

O presente parece arrasador, pautado pelo encerramento de muitas das empresas da zona. O relato de situações variadas passa pela precariedade, com a qual já se aprendera a viver, pela escassez de direitos, que todos os dias vão sendo sonogados, bem como pela partida dos mais preparados, que se cansaram de aguentar o desemprego e as más condições de trabalho. Uma das entrevistadas, que não descarta a possibilidade de uma modalidade de alteração social mais acentuada, frisa sobretudo a distância dos que exercem a governação em relação aos problemas vividos pelas pessoas.

Na última greve geral, segundo fotos e dados da CIGa, a adesão foi significativa em Verín. Nas fotos, a manifestação que se deslocou pelas ruas levou ao encerramento de lojas. É visível um momento de tensão junto de um supermercado que integra uma cadeia que recobre todo o Estado espanhol, que acabou por fechar as portas e baixar o gradeamento. Porém, pelo menos na fase atual, a expectativa de que os tempos que virão ainda serão piores parece criar um torpor e um estágio de anestesia em que o medo disseminado corrói as modalidades de resistência expressa. Os vizinhos de Verín e, nomeadamente, estas mulheres trabalhadoras têxteis que vivem o desemprego ou aceitam condições de trabalho draconianas não parecem estar motivadas para manifestações de rua, convocadas por entidades sindicais ou partidárias, ou para os restantes repertórios de luta conhecidos.

Ficar ou partir – o movimento ou a fixidez – constituíram escolhas e, aqui como nos locais estudados por Susana Narotzky e Gavin Smith²⁶, as pessoas fazem escolhas, mas as escolhas também fazem pessoas. Os mundos criados por essas escolhas são o resultado de um conjunto de processos, a que a história não é alheia. A necessidade de responder diariamente a condições de mudança, de

²⁵ Linhart (1978), p. 67.

²⁶ Narotzky e Smith (2006).

oportunidade e de corte acelerado e, por vezes, radical, com situações anteriormente conhecidas, convoca um conjunto de práticas culturais e instituições.

Como prova Reinhart Koselleck, o espaço da experiência determina o horizonte da expectativa. Mesmo quando nas sociedades ocidentais alguns *media* e muitos “fazedores de opinião”, criteriosamente unilaterais, nos reencaminhavam continuamente para um presente contínuo e para um fim da história, esse lugar da experiência permite entender que o devir espreita sempre, mesmo que por frestas, quando os horizontes não são abertos. “Não está determinada a verdade dos acontecimentos futuros”, insistia Aristóteles, embora uma agenda ideológica bem urdida, desde meados dos anos 80 nuns contextos, e nas décadas seguintes, noutros, fosse escamoteando ao futuro o emblema. Cresceu o presente, mas devido à centralidade do crédito nas vidas de muitos, alguns passaram a desejar que o futuro nunca chegue.

Esse devir, em situações que se vão tornando dramáticas, implica uma adaptação dos quotidianos a novas circunstâncias, que para uma grande maioria da população dos países sob governos ultraliberais, significa uma perceção da perda e uma organização da vida de novas maneiras. Para os grupos subalternos, a impossibilidade de escolha de uma vida pela ausência de controlo sobre ela conduz a que tenham de ater-se de forma precária e inquieta à vida que lhes é possível.

Na linha do que fora comum nas unidades domésticas do passado, nesta zona, a casa voltou/continuou a ser uma unidade de produção e de reprodução, adequando-se à informalidade económica neoliberal. Sair da “zona de conforto”, em paráfrase do convite ou exortação de um ministro português em relação aos desempregados, confronta-se porém com uma característica que está na base do sistema actual: o capital circula rapidamente, a mão-de-obra é localizada. Os capitais fraudulentos circulam com facilidade e em total liberdade, mas também empresas em que o investimento fixo é mínimo, devido ao recurso ao *outsourcing*. As pessoas concretas são muito menos móveis, é o capital que vence o trabalho. De forma camaleónica, para maximizar os lucros, produzirão onde a mão-de-obra for mais barata e venderão onde o nível de vida é mais elevado. O investimento da grande companhia é mínimo, descarregando-se de grande parte dos custos de produção e dos encargos sociais, sendo-lhe fácil montar circuitos de distribuição do trabalho – a pequenas cadeias ou a trabalhadores isolados – noutros pontos do globo com mão-de-obra ainda mais flexível, com menos direitos e mais barata.

É o quotidiano, com as necessidades materiais e simbólicas dos seres humanos que se lhe encontram associadas, que remete para a necessidade de continuar, embora seja uma ideia de futuro que dá espessura a essa continuidade. Procura-se aqui que a etnografia constitua um meio de entender a história e a cultura num mundo complexo, fracturado e a que se colou a palavra “crise”. A ênfase em diferentes escalas, com uma compreensão pela etnografia realizada em locais concretos, numa experiência de proximidade em relação ao quotidiano das pessoas comuns, num contexto determinado, requer o recurso à compreensão das correntes de força inerentes à reprodução capitalista, e das tendências que sublinham as experiências quotidianas. Tenho em curso entrevistas com pessoas que produzem coisas e ideias, que pensam no que produzem, no que acontece e no que pode ocorrer, delineiam futuros a partir das experiências inerentes às respetivas vidas. Tornaram legível o nó entre a experiência – o nível do vivido e inscrito – e a expectativa, como forma de construir o futuro, pelas ideias e pela matéria, na vida social e no que se deseja. Também os padrões têm medo do grão de areia, do que faz parar todo o maquinismo que ronrona, que se move em cadência – é então que estas mulheres se podem lembrar que são gente e que são mais delicadas que as máquinas.

Bibliografia

Concello de Verín *et al.* (2009) *Estudo Socioeconómico – Plan de Actuación Verín 2009-2014*, s/l; s/ed.

Fernández Santander, C. (2000) *Alzamiento y Guerra Civil en Galicia (1936-1939)*, A Corunha, Edicions do Castro, 2 vol.

Godinho, Paula (2011) “Oír o galo cantar dúas veces” – *Identificacións locais, culturas das marxes e construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia*, Ourense, Imprenta da Deputación.

(2012) “Contextos da memória, lugares dessubstanciados e re-significação do passado: a fronteira como amenidade, insígnia e património” in Paula Godinho, coord. *Usos da Memória e Práticas do Património*, Lisboa, Colibri:225-242.

Foucault, Michel (1982) “The Subject and Power” in Dreyfus, H.; Rabinow, P., eds. *Michel Foucault : Beyond Structuralism and Hermeneutics*, Chicago, The University of Chicago Press: 208-226.

Koselleck, Reinhart (1979) [1983] *Futuro passado – Para una semântica de los tempos históricos*, Barcelona, Paidós.

Linhart, Robert (1978) *L'établi*, Paris, Editions du Minuit.

Narotzky, S. ; Smith, G. (2006) *Immediate struggles – People, Power and Place in Rural Spain*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press.

Nuñez Seixas, Xosé Manoel (2002) “History and Collective Memories of Migration in a Land of Migrants – The Case of Iberian Galicia”, *History and Memory* (Spanish Memories: Images of a Contested Past), vol 14, nº ½, Fall 2002, pp. 229-258.

Pereira, Dionísio (2010) “As vítimas do franquismo na Terra dos Montes (1936-1953). Beariz, Cerdedo e Forcarei”, *Vieiros da Memória-1*, Verbo Xido:1-48.

(2011) “Facianas da repressão franquista na Terra de Montes”. *Vieiros da Memória-2*, Verbo Xido:1-48.

Castells, Manuel; Portes, Alejandro (1989) “World Underneath: The origins, dynamics and effects of the Informal Economy”, in Alejandro Portes et al. eds. *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*, John Hopkins University Press.

Santiago, Xosé Lois; CES, Pablo (2011) *Processo 1021 – Consello de guerra contra os defensores da Republica en Verín* (filme).

Scott, James C. (1985), *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven and London, Yale University Press.

(1990), *Domination and the Arts of Resistance – Hidden Transcripts*, New Haven and London, Yale University Press.